

CAPÍTULO XXI

O Projeto Político da Burguesia

O significado real da crise política desencadeada no Brasil a partir de 1977 poderá ser mais bem compreendida a partir da seguinte interpretação: através desta crise a burguesia brasileira procura firmar sua hegemonia política sobre o país, hegemonia esta jamais plenamente alcançada anteriormente. Ou em outras palavras: o colapso da aliança política tecnoburocrático-capitalista vigente desde 1964 é um capítulo do projeto de dominação política do capital industrial ou produtivo, que afinal se sente com forças suficientes para alcançar esse objetivo por conta própria ou, pelo menos, com um maior grau de autonomia em relação a seus aliados do que aquele que dispõe atualmente. Para se tornar não apenas a classe economicamente dominante mas também politicamente hegemônica, a burguesia adota a mesma estratégia da burguesia dos países capitalistas centrais: propõe e exige o estabelecimento do sistema democrático de governo. Ainda que a democratização do país seja um projeto que reúne todos os setores da sociedade civil brasileira -- trabalhadores, camadas médias tecnoburocráticas, estudantes, Igreja e a própria burguesia --, o fator decisivo que dá base política à luta pela democratização é a tomada de posição da burguesia. A democracia burguesa não é apenas um produto histórico da dominação do capital

industrial; ela é também uma estratégia de poder da burguesia industrial, que só através do mecanismo democrático consegue afirmar sua hegemonia. A crise do sistema militar autoritário, que teve início em 1974 e ganhou plena configuração em 1977, é a manifestação desta estratégia burguesa de afirmação política autônoma.

Se houver ainda alguma dúvida sobre o projeto democratizante da burguesia brasileira no presente momento histórico basta citar dois fatos recentes: o manifesto de apoio ao regime autoritário assinado por alguns dirigentes de entidades patronais e o Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, em Curitiba. Aquele manifesto que circulava secretamente, quando publicado recebeu um impressionante volume de manifestações de repulsa e de desmentidos por parte dos empresários brasileiros. Esta reação espontânea revelou-se muito mais significativa do que o malogrado manifesto, articulado evidentemente por elementos ligados ao Governo. Na reunião da OAB, por sua vez, os juristas, que são em todos os países do mundo os representantes mais legítimos da ideologia burguesa, fizeram uma profissão de fé democrática definitiva. Os valores liberais, que a burguesia introduziu na história da humanidade, sob muitos aspectos deixam de ser valores meramente burgueses para se transformar em valores universais. Os juristas brasileiros traduziram bem essa idéia em seu congresso de Curitiba. A redemocratização é um projeto de toda a Sociedade Civil mas é antes de mais nada um projeto da burguesia.

Historicamente, quando a burguesia recorre ao autoritarismo para exercer seu poder sobre a sociedade, é obrigada a solicitar o apoio e dividir o poder ou com uma aristocracia militar de origens pré-capitalistas ou com uma tecnoburocracia militar moderna. Em ambos os casos vê seu poder reduzido e fica sujeita ao arbítrio de aliados nem sempre confiáveis. Em contrapartida, quando adota o sistema democrático, tem, via de regra, condições de exercer com muito maior autonomia o poder, desde que tenha assegurada uma razoável hegemonia ideológica. Ora, a dominação econômica geralmente garante a hegemonia ideológica, de forma que, em condições normais, a opção de poder burguesa é uma opção democrática. Na segunda metade dos anos setenta esta é claramente a opção da burguesia brasileira.

Quando falamos em burguesia é preciso ficar claro que estamos referindo-nos a todos os proprietários de meios de produção que empregam trabalhadores assalariados e obtêm lucros. Não são apenas a alta burguesia e os representantes dessa alta burguesia ocupando cargos nos sindicatos e associações patronais, mas incluem toda uma enorme massa de pequenos médios burgueses, operando na indústria, na agricultura, no comércio, nos serviços, em milhares e milhares de pequenas e médias empresas e estabelecimentos agrícolas. Foi essa burguesia que, desde fins do século passado e principalmente desde 1930, vem crescendo em número e importância no Brasil. Não há dúvida de que a tecnoburocracia também cresceu enormemente no seio das grandes organizações burocráticas privadas e principalmente estatais. Mas provavelmente mais significativo foi o crescimento da média e alta burguesia, que neste período fundou e desenvolveu empresas, empregou trabalhadores, realizou mais-valia absoluta e relativa, acumulou capital e incorporou progresso técnico no processo produtivo de forma sistemática e estritamente capitalista.

É esta ampla classe burguesa, que no Brasil é provavelmente constituída de alguns milhões de pessoas, que no momento postula o poder político através da demanda de redemocratização. O sistema democrático, através da institucionalização das formas de acesso ao poder, é a única forma através da qual essa enorme classe dominante pode dividir o poder entre os seus membros, os seus grupos e subgrupos. As formas autoritárias eram viáveis quando a classe dominante era numericamente reduzida, como acontecia nas formações sociais pré-capitalistas e mesmo nas mercantis. No momento, porém, em que a burguesia propriamente capitalista torna-se economicamente dominante, o mecanismo democrático de alternância no poder de frações mais conservadoras ou mais liberais da própria burguesia torna-se o único sistema aceitável pela classe dominante como um todo. Mais tarde, quando os trabalhadores já começam a ganhar autonomia política, a alternância pode incluir partidos de esquerda desde que democráticos, sem que a burguesia se sinta ameaçada ao ponto de novamente recorrer ao autoritarismo.

Esta burguesia emergente, numerosa e economicamente poderosa, proprietária do capital "produtivo" ou do capital

“industrial” acumulado no Brasil nos últimos cinquenta anos, não detém um poder político compatível com seu poder econômico. Na verdade, jamais o deteve. Até 1930, desde o período colonial, os poderes econômico e político estiveram solidamente concentrados em uma burguesia “mercantil” ou “especulativa” que, apesar de muitos pontos de contato, não deve em absoluto ser confundida com a burguesia propriamente dita, detentora do capital produtivo, gerador de mais-valia, que denominamos simplesmente de burguesia. A burguesia mercantil, também chamada de oligarquia agrário-mercantil, dominou o Brasil até 1930 tendo como bases: um regime político autoritário, oligárquico; uma aliança política com o imperialismo comercial; uma estrutura econômica caracterizada pelo latifúndio mercantil-exportador, pelo trabalho escravo e por um amplo setor pré-capitalista de economia de subsistência; um sistema de extração da mais-valia e de acumulação muito semelhante ao da acumulação primitiva de capital, em que a violência, o domínio político, ou seja, os mecanismos alheios ao mercado capitalista garantem a realização da mais-valia.

A Revolução de 1930 marca o início da decadência dessa burguesia mercantil e o surgimento da burguesia capitalista. Mas esta é ainda economicamente muito fraca para exercer o poder político autonomamente. Sob a liderança de Getúlio Vargas forma-se o pacto populista, do qual participarão a burguesia capitalista, setores da burguesia mercantil decadente excluído o setor cafeeiro, camadas médias urbanas formadas inclusive por uma incipiente tecnoburocracia e os trabalhadores urbanos. Com o colapso desse pacto político, no início dos anos sessenta, a burguesia promove a Revolução de 1964. Mas ainda neste momento não tem condições de exercer o poder com autonomia e recorre ao apoio da agora já significativa tecnoburocracia estatal e particularmente da tecnoburocracia militar.

A Revolução de 1964 é um golpe de estado burguês por excelência, originado do medo da burguesia ante a ameaça de desordem econômica e subversão política que o colapso do pacto populista propiciava. Já o Ato 5 de 1968 é um golpe de estado tecnoburocrático-militar, dado em nome de 1964, em nome da burguesia portanto, mas que na verdade reduzirá

de forma decisiva o poder da própria burguesia. Este golpe de estado, entretanto, será acompanhado por um período de "milagre" econômico beneficiando a burguesia e a tecnoburocracia, propiciando uma enorme aceleração da acumulação de capital, de forma que a burguesia aceita a tutela política tecnoburocrática de bom grado. Com o fim do milagre, entretanto, a burguesia deixa de ver quaisquer razões para a tutela. De um lado perdeu o medo da subversão e perdeu a confiança na superioridade técnica do desenvolvimentismo ou do racionalismo tecnoburocrático estatal. De outro lado sente-se muito forte economicamente para aceitar que um grupo de tecnoburocratas no poder distribua favores para apenas alguns poucos grupos dentro da própria burguesia. Chegou, portanto, o momento de romper o pacto político tecnoburocrático-capitalista estabelecido em 1964. A campanha contra a estatização iniciada em 1975 é o primeiro sinal desta ruptura. E já em 1977 a ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia, ainda que não se tivesse consumado, já se configurava de forma indiscutível. O último ano só tem acelerado esse processo.

(Folha de S. Paulo, 21 de maio de 1978.)